

PRESENCIAL - PORTO ALEGRE-RS

CÓDIGO - 0025/1607

0025/1607 – ASSESSORIA LEGISLATIVA DE ALTO IMPACTO: FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA POTENCIALIZAR O MANDATO – Todas As Esferas do Poder Legislativo: Estadual e Municipal

Produção Legislativa Eficiente, Inteligência Artificial, Fiscalização Orçamentária e Controle de Despesas, Comunicação Estratégica e Mídias Sociais, Articulação Política e Relacionamento Institucional, Participação e Iniciativa Popular

DATA DE INÍCIO: 16/07/25

DATA DE CONCLUSÃO: 18/07/25

 **PORTO ALEGRE**

Local: Local: Auditório do INLEGIS: Rua Jerônimo Coelho, 354

BAIXAR FOLDER DO CURSO

INSCREVA-SE VEJA O TEMÁRIO RESERVE HOTEL 

Encaminhar no WhatsApp

**ASSESSORIA LEGISLATIVA E VEREANÇA DE ALTO IMPACTO: FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA POTENCIALIZAR O MANDATO**

O curso "Assessoria Legislativa e Vereança de Alto Impacto" tem como objetivo oferecer capacitação estratégica para vereadores, assessores e servidores que desejam fortalecer sua atuação parlamentar. O conteúdo abrange produção legislativa eficiente, gestão de gabinete, planejamento de agenda, fiscalização orçamentária e controle de despesas, além de comunicação estratégica, mídias sociais, articulação política e relacionamento institucional. Também serão exploradas noções de licitação, mecanismos de participação e iniciativa popular, condução de audiências públicas, funcionamento da ouvidoria e aplicação prática do Estatuto da Pessoa com Deficiência, promovendo um mandato mais eficaz, inclusivo e transparente.

**METODOLOGIA**

Aula expositiva e debates. Essa abordagem permite uma compreensão aprofundada dos temas.

**INVESTIMENTO**

R\$ 1290,00

**CARGA HORÁRIA**

Este curso tem duração de 17h aula, e será emitido certificado ao final do treinamento para quem cumprir mínimo de 75%. Os participantes do curso recebem certificado de participação. Nossos certificados podem ser usados para comprovação de horas extra curriculares em faculdades e cursos.

**PROGRAMAÇÃO****Quarta-feira:**

11h – Credenciamento, Retirada de Material
14h00min – 17h: Turno de Aula

Quinta-feira:

09h – 11h50min: Turno de Aula
14h – 17h: Turno de Aula

Sexta-feira:

08h30min – 10h30: Turno de Aula
11h: Entrega do Certificado.

**DADOS DE EMPENHO**

INLEGIS – Consultoria e Treinamento
CNPJ: 30.050.141/0001-80. INSCRIÇÃO
MUNICIPAL: 608.267.2.0
ENDEREÇO: Rua Jerônimo Coelho, 354, centro, Porto Alegre
EMAIL: financeiro@inlegis.com.br FONE: 51-3015-5809

**PÚBLICO ALVO**

Destinado a todos os profissionais envolvidos na gestão pública municipal, Servidores do Poder Legislativo das Esferas Municipais e Estaduais, incluindo Prefeitos, Vice-Prefeitos, Presidentes de Câmara, Vereadores, Assessores, Servidores Públicos, Agentes Administrativos, Chefes de Gabinete, Contadores, Tesoureiros, Técnicos Legislativos, Diretores de Departamento, Secretários Municipais, Procuradores Jurídicos, Comissão de Orçamento, Comissão de Licitação, Pregoeiros, Departamento de Compras, Departamento de Pessoal, Controladores Internos, Assessoria de Imprensa, Oficiais de Gabinete, telefonistas, recepcionistas, atendentes ao público, técnicos de informática, técnicos em contabilidade, servidores de Procons Municipais, Serviços Gerais e todos os demais profissionais do setor público municipal que buscam aprimoramento e atualização nos temas administrativos, jurídicos, e legislativos.

INFORMAÇÕES SOBRE A PRÓXIMA DATA? CADASTRE-SE

Nome

Seu melhor email

WhatsApp

QUERO ME CADASTRAR 

TEMAS DEBATIDOS NO TREINAMENTO

OUVIDORIAS PÚBLICAS: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS:

AULA | QUARTA-TARDE

OUVIDORIAS PÚBLICAS: FUNDAMENTOS, PRÁTICAS E DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS:

FUNDAMENTOS DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS:

CONCEITO E FUNÇÕES/ATRIBUIÇÕES DAS OUVIDORIAS;

A OUVIDORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE TRANSPARÊNCIA, CONTROLE SOCIAL E FORTALECIMENTO DA CIDADANIA;

DIFERENÇAS ENTRE OUVIDORIA, CORREGEDORIA, AUDITORIA INTERNA / CONTROLE INTERNO E OUTROS MECANISMOS DE CONTROLE.

LEI Nº 13.460/2017: DIREITOS DOS USUÁRIOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS

PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DA LEI Nº 13.460/2017;

DIREITOS DOS USUÁRIOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS;

PRINCIPAIS DEVERES DAS OUVIDORIAS PÚBLICAS CONFORME A LEI Nº 13.460/2017: RECEPÇÃO E TRATAMENTO DE MANIFESTAÇÕES, RESPOSTAS AOS USUÁRIOS E MONITORAMENTO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS;

INSTRUMENTOS PREVISTOS PELA LEI Nº 13.460/2017: CARTA DE SERVIÇOS AO USUÁRIO, AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS E RELATÓRIOS DE GESTÃO.

TIPOS DE MANIFESTAÇÕES E FLUXOS DE ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS:

CLASSIFICAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES: RECLAMAÇÃO, DENÚNCIA, SUGESTÃO E ELOGIO;

PROCEDIMENTOS E FLUXOS INTERNOS PARA TRATAMENTO DAS MANIFESTAÇÕES;

PRAZOS LEGAIS.

INTEGRAÇÃO ENTRE OUVIDORIA E SERVIÇO DE INFORMAÇÃO AO CIDADÃO (SIC) PREVISTO NA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO (LEI Nº 12.527/2011)

COMUNICAÇÃO E ESCUTA QUALIFICADA NA ATUAÇÃO DA OUVIDORIA

ESCUTA ATIVA E EMPATIA NO ATENDIMENTO;

COMUNICAÇÃO CLARA E ACESSÍVEL COM OS USUÁRIOS;

ATENDIMENTO HUMANIZADO E RESOLUTIVIDADE.

INDICADORES E RELATÓRIOS:

INDICADORES DE DESEMPENHO E QUALIDADE;

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS GERENCIAIS E SUA IMPORTÂNCIA PARA O APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional Econômico, em Direito Eleitoral e atualmente cursa MBA em Gestão de Negócios pela FGV. Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral. No INLEGIS, compartilha seu conhecimento prático e técnico em cursos voltados à aplicação da Lei 14.133/2021, contratos administrativos, fiscalização e boas práticas de conformidade no setor público, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados, éticos e eficientes.

METODOLOGIA E CONDUÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

AULA | QUINTA-MANHÃ

METODOLOGIA E CONDUÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS:

DINÂMICA DE ABERTURA, EXPOSIÇÃO TÉCNICA E MANIFESTAÇÕES;

COMO GARANTIR FALA EQUITATIVA AOS PARTICIPANTES;

MEDIAÇÃO DE CONFLITOS E CONDUÇÃO RESPEITOSA DO DIÁLOGO;

USO DE FERRAMENTAS AUDIOVISUAIS E TECNOLOGIA A FAVOR DA PARTICIPAÇÃO;

REGISTRO OFICIAL E GRAVAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS: BOAS PRÁTICAS.

CONSULTAS PÚBLICAS – FERRAMENTAS E ESTRATÉGIAS:

QUANDO E COMO UTILIZAR A CONSULTA PÚBLICA;

PLATAFORMAS DIGITAIS E FORMULÁRIOS ELETRÔNICOS (EX: E-SIC, SITES INSTITUCIONAIS);

PERGUNTAS ABERTAS X FECHADAS: COMO MONTAR UM BOM FORMULÁRIO;

DIVULGAÇÃO EFETIVA: REDES SOCIAIS, IMPRENSA,

SISTEMATIZAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CONTAS À SOCIEDADE:

ELABORAÇÃO DE RELATÓRIOS CONSOLIDADOS;

ENCAMINHAMENTO DAS PROPOSTAS AOS ÓRGÃOS COMPETENTES;

A PUBLICIDADE DOS RESULTADOS COMO ELEMENTO DE TRANSPARÊNCIA;

BOAS PRÁTICAS DE RETORNO À COMUNIDADE;

RISCOS DA OMISSÃO: CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS E POLÍTICAS.

ESTUDOS DE CASO E OFICINA PRÁTICA:

ANÁLISE DE EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDAS;

SIMULAÇÃO DE PLANEJAMENTO DE UMA AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE TEMA REAL (EX: TRANSPORTE PÚBLICO, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO, PLANO DIRETOR);

ELABORAÇÃO DE ROTEIRO PARA CONSULTA PÚBLICA;

INSTRUTOR



GUILHERME STUMPF

Advogado, formado pela UFRGS, especialista em Direito Administrativo e Gestão Pública pela Fundação do Ministério Público, mestrando em Direito pela UFRGS. Atuou como assessor da Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre entre 2017 e 2020. Atualmente, é assessor jurídico na Câmara Municipal de Porto Alegre.

DIVULGAÇÃO EFETIVA: REDES SOCIAIS, IMPRENSA, ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES CIVIS;

TRATAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES E DEVOLUTIVA À POPULAÇÃO.

DISCUSSÃO EM GRUPO: DESAFIOS E SOLUÇÕES PARA A PARTICIPAÇÃO POPULAR EFETIVA.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL APLICADA AO TRABALHO DO PODER PÚBLICO

AULA | QUINTA-TARDE

BREVE INTRODUÇÃO AO QUE É IA E AOS LLMS (POR EX.: CHATGPT), DESTACANDO GANHOS ESPERADOS EM EFICIÊNCIA E QUALIDADE NOS PROCESSOS LEGISLATIVOS.

LIMITAÇÕES ESSENCIAIS: DEPENDÊNCIA DE DADOS DE TREINAMENTO (ATUALIZAÇÃO), VIÉS DE LINGUAGEM E NECESSIDADE DE SUPERVISÃO HUMANA.

CONFERÊNCIA E REVISÃO DE TEXTOS LEGISLATIVOS

CORREÇÃO ORTOGRÁFICA E PADRONIZAÇÃO: USO DE IA PARA APONTAR LAPSOS GRAMATICAIS E SUGERIR UNIFORMIZAÇÃO DE TERMOS (EX.: “MUNÍCIPE” VS. “CIDADÃO”).

DETECÇÃO DE INCONSISTÊNCIAS FORMAIS: COMO SOLICITAR AO CHATGPT QUE APONTE CLÁUSULAS CONFLITANTES, REFERÊNCIAS LEGAIS DESATUALIZADAS OU OMISSÕES (EX.: PRAZOS DIVERGENTES).

COMPARAÇÃO DE VERSÕES: GERAÇÃO DE RESUMO AUTOMÁTICO DAS ALTERAÇÕES ENTRE MINUTA ORIGINAL E VERSÃO COM EMENDAS, DESTACANDO IMPACTOS NO MÉRITO.

ELABORAÇÃO DE PARECERES E RELATÓRIOS DE COMISSÃO

ESTRUTURA PADRONIZADA DE PARECER:

INTRODUÇÃO (OBJETIVO E BASE LEGAL);

ANÁLISE DE MÉRITO (FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA);

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES.

PESQUISA NORMATIVA AUTOMATIZADA: FORMATAÇÃO DE PROMPTS PARA QUE A IA RESUMA ENTENDIMENTOS DE TCE, STF E STJ RELEVANTES À DISCUSSÃO MUNICIPAL.

APRIMORAMENTO DO TEXTO JURÍDICO: AJUSTE DO TOM FORMAL, INSERÇÃO DE CITAÇÕES LEGAIS E SUGESTÕES DE APRIMORAMENTO DE ARGUMENTOS.

IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS EM EDITAIS E DOCUMENTOS OFICIAIS

CHECKLIST DE ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS: CRIAÇÃO DE PROMPTS QUE LISTEM PONTOS ESSENCIAIS (OBJETO, CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO, PRAZOS).

DETECÇÃO DE VÍCIOS E LACUNAS: EXEMPLOS DE COMO USAR O CHATGPT PARA APONTAR OMISSÕES (EX.: FALTA DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL PELA HOMOLOGAÇÃO) OU CLÁUSULAS AMBÍGUAS.

RELATÓRIO SINTÉTICO DE INCONSISTÊNCIAS: GERAÇÃO DE RELATÓRIO BREVE EM TÓPICOS, INDICANDO SUGESTÕES PARA CORREÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO OFICIAL.

ANÁLISE DE PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS E DADOS FINANCEIROS

VERIFICAÇÃO DE DESVIOS E ERROS DE CÁLCULO:

USO DE IA PARA REVISAR FÓRMULAS E SINALIZAR CÉLULAS COM (POR EX.) “REFERÊNCIA INVÁLIDA” OU “VALOR SEM DOTAÇÃO”.

IDENTIFICAÇÃO DE ITENS ORÇAMENTÁRIOS QUE ULTRAPASSAM LIMITES PREVISTOS.

EXTRAÇÃO DE INSIGHTS RÁPIDOS: PROMPTS PARA LISTAR “PRINCIPAIS GASTOS DIFERINDO DE 80% DO ORÇAMENTO” OU “VALORES PENDENTES DE LIBERAÇÃO”.

INTEGRAÇÃO COM FERRAMENTAS DE ESCRITÓRIO: BREVE MENÇÃO AO USO DE COMPLEMENTOS (ADD-INS) QUE CONECTAM CHATGPT AO EXCEL/GOOGLE SHEETS PARA AUTOMAÇÃO DE TAREFAS ROTINEIRAS.

OFICINA DE “PROMPT ENGINEERING” PARA APLICAÇÕES LEGISLATIVAS

ELEMENTOS DE UM BOM PROMPT: CONTEXTO CLARO, INSTRUÇÃO OBJETIVA E FORMATO DE RESPOSTA ESPERADO.

EXEMPLOS PRÁTICOS:

“ANALISE ESTE TRECHO DE PROJETO DE LEI E APONTE POSSÍVEIS OMISSÕES OU CITAÇÕES LEGAIS DESATUALIZADAS.”

“ELABORE UM ESBOÇO DE PARECER SOBRE CONSTITUCIONALIDADE, ESTRUTURADO EM TÓPICOS NUMERADOS.”

EXERCÍCIO RÁPIDO EM DUPLAS/PEQUENOS GRUPOS: CADA DUPLA CRIA UM PROMPT PARA UM CENÁRIO REAL (EX.: IMPUGNAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO, RELATÓRIO DE CPI) E AVALIA A RESPOSTA DA IA, SUGERINDO AJUSTES.

BOAS PRÁTICAS, ÉTICA E GOVERNANÇA NO USO DE IA

TRANSPARÊNCIA E RESPONSABILIDADE: IMPORTÂNCIA DE REGISTRAR PROMPTS E SAÍDAS, MENCIONAR USO DE IA EM DOCUMENTOS OFICIAIS.

CONFORMIDADE COM A LGPD: CUIDADOS AO SUBMETER INFORMAÇÕES DE CIDADÃOS OU DADOS SENSÍVEIS.

VALIDAÇÃO HUMANA: ENFATIZAR QUE QUALQUER TEXTO OU ANÁLISE GERADA DEVE SER REVISADO E VALIDADO POR SERVIDOR OU ASSESSOR TÉCNICO.

POLÍTICA DE USO INTERNA: RECOMENDAÇÕES PARA CRIAÇÃO DE DIRETRIZES MÍNIMAS (QUEM PODE USAR, PARA QUAIS FINS E LIMITES).

INSTRUTOR



CAROLINE TURRI

Caroline Turri é advogada com ampla experiência em Direito Público, Direito Eleitoral, Direito Digital, Contratos Administrativos e Compliance. Atuou como Coordenadora Jurídica na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre (PGM), além de ter exercido funções estratégicas na METROPLAN, com foco em convênios, licitações, pareceres jurídicos e controle de legalidade perante órgãos de controle como a CAGE e o TCE. Possui pós-graduação em Direito Público com ênfase em Direito Constitucional Econômico, em Direito Eleitoral e atualmente cursa MBA em Gestão de Negócios pela FGV. Com trajetória consolidada na gestão jurídica e institucional, Caroline também se destaca como palestrante nas áreas de Direito Administrativo, Empoderamento Feminino e Direito Eleitoral. No INLEGIS, compartilha seu conhecimento prático e técnico em cursos voltados à aplicação da Lei 14.133/2021, contratos administrativos, fiscalização e boas práticas de conformidade no setor público, contribuindo para a formação de profissionais mais preparados, éticos e eficientes.

ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PARA O CUMPRIMENTO DO “ESTATUTO NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA”:

AULA | SEXTA-MANHÃ

ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO E

PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA:

INSTRUTOR



THAIS KRAHN

Auditora de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-
RS).

ATUALIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO PARA A GESTÃO E A FISCALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO SOCIAL – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PARA O CUMPRIMENTO DO “ESTATUTO NACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA”:

EVENTOS E DADOS DA ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PRINCIPAIS PREVISÕES CONSTITUCIONAIS

LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA / ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

CONCEITOS LEGAIS, PARA A MELHOR COMPREENSÃO DO TEMA:

PESSOA COM DEFICIÊNCIA;

ACESSIBILIDADE;

DESENHO UNIVERSAL;

BARREIRAS: CONCEITO E TIPOS;

COMUNICAÇÃO;

PESSOA COM MOBILIDADE REDUZIDA;
ATENDENTE PESSOAL;
PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR;
ACOMPANHANTE.

ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – UM DIREITO A SER GARANTIDO

PRINCIPAIS DIREITOS ASSEGURADOS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA:

EDUCAÇÃO;

TRANSPORTE E MOBILIDADE.

NORMAS DE ACESSIBILIDADE

ORIENTAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (TCE/RS) PARA A ELIMINAÇÃO OU A REDUÇÃO DE BARREIRAS DE ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS

EXEMPLOS DE PROBLEMAS ENFRENTADOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

BOAS E MÁS PRÁTICAS EM RELAÇÃO À ACESSIBILIDADE EM PRÉDIOS PÚBLICOS E NAS CIDADES

Contas do Estado do Rio Grande do Sul (TCE-RS), onde também exerce a função de Coordenadora da Assessoria da Ouvidoria. Graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e especialista em Direito Tributário pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Atuou como Chefe da Consultoria Jurídica da METROPLAN – Com mais de uma década de experiência na docência e em eventos de capacitação, atua como professora e palestrante nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo.

Outras opções de cursos:

CURSO COM DURAÇÃO DE 5 DIAS

ANÁLISE DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO, PRODUÇÃO LEGISLATIVA EFICIENTE, DOMÍNIO DO PROCESSO LEGISLATIVO, GESTÃO DE GABINETE E PLANEJAMENTO DE AGENDA, FISCALIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CONTROLE DE DESPESAS, COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA E MÍDIAS SOCIAIS, ARTICULAÇÃO POLÍTICA E RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, PARTICIPAÇÃO E INICIATIVA POPULAR, OUVIDORIA E ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Início: 14/07/2025 Encerramento: 18/07/2025

0025/1407 – ORIENTAÇÕES E ATUALIZAÇÃO INDISPENSÁVEIS PARA ASSESSORES, VEREADORES E SERVIDORES:

Análise de Impacto Orçamentário e Financeiro, Produção Legislativa Eficiente, Domínio do Processo Legislativo, Gestão de Gabinete e Planejamento de Agenda, Fiscalização Orçamentária e Controle de Despesas, Comunicação Estratégica e Mídias Sociais, Articulação Política e Relacionamento Institucional, Participação e Iniciativa Popular, Ouvidoria e Estatuto da Pessoa com Deficiência

CÓDIGO: 0025/1407

ASSESSORIA LEGISLATIVA E VEREANÇA

ASSESSORIA LEGISLATIVA E VEREANÇA DE ALTO IMPACTO: FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA POTENCIALIZAR O MANDATO

Início: 15/07/2025 Encerramento: 18/07/2025

0025/1507 – ASSESSORIA LEGISLATIVA E VEREANÇA DE ALTO IMPACTO: FERRAMENTAS ESSENCIAIS PARA POTENCIALIZAR O MANDATO

Produção Legislativa Eficiente, Gestão de Gabinete e Planejamento de Agenda, Fiscalização Orçamentária e Controle de Despesas, Comunicação Estratégica e Mídias Sociais, Articulação Política e Relacionamento Institucional, Participação e Iniciativa Popular, Audiências Públicas e Ouvidorias Públicas e Políticas de Inclusão

CÓDIGO: 0025/1507

E-SOCIAL

FGTS DIGITAL, E-SOCIAL DESCOMPLICADO, EFD REINF, DCTFWEB.

Início: 15/07/2025 Encerramento: 18/07/2025

3025/1507 – FGTS DIGITAL, E-SOCIAL DESCOMPLICADO, EFD REINF, DCTFWEB.

FGTS Digital, eSocial Descomplicado, EFD-Reinf e DCTFWeb: Obrigações Acessórias na Prática para o Setor Público

CÓDIGO: 3025/1507

CURSO

Início: 15/07/2025 Encerramento: 18/07/2025

4025/1507 – ORATÓRIO APRIMORANDO SUA COMUNICAÇÃO COM

Aprimorando suas habilidades de comunicação em sociedade e temas relevantes para o Executivo

CÓDIGO: 4025/1507 - CUI



